

História Econômica Geral e do Brasil

**Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo**



**São Cristóvão/SE
2011**

Lourival Santana Santos

Ruy Belém de Araújo

Elaboração de Conteúdo

Maria Matildes dos Santos

Projeto Gráfico e Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Ilustração

Gerri Sherlock Araújo

Revisão

Edvar Freire Caetano

Copyright © 2011, Universidade Federal de Sergipe / CESAD.
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Lourival Santana.
S237 História econômica geral e do Brasil / Lourival Santana
Santos, Ruy Belém de Araújo -- São Cristóvão: Universidade
Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

1. Economia. 2. História econômica I. Araújo, Ruy Belém de.
II. Título.

CDU 33(091)

Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Diretoria Pedagógica
Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Diretoria Administrativa e Financeira
Edézio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Coordenação de Cursos
Djalma Andrade (Coordenadora)

Núcleo de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação
Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais
Giselda dos Santos Barros

Núcleo de Tecnologia da Informação
João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza
Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Assessoria de Comunicação
Edvar Freire Caetano
Guilherme Borba Gouy

Coordenadores de Curso
Denis Menezes (Letras Portugêses)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria
Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Ayslan Jorge Santos de Araujo (Administração)
Carolina Nunes Goes (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Portugêses)
Lívia Carvalho Santos (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Marcio Roberto de Oliveira Mendoza

Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

Introdução à história econômica.....	07
AULA 1	
A gênese do modo de produção capitalista.....	11
AULA 2	
A gênese do pensamento liberal	25
AULA 3	
A Revolução Industrial.....	35
AULA 4	
Capitalismo concorrencial	51
AULA 5	
Capitalista entre Guerras (1914 e 1945).....	63
AULA 6	
A era de ouro do capitalismo.....	77
AULA 7	
Economia colonial I.....	91
AULA 8	
Economia colonial II	109
AULA 9	
Café e a industrialização brasileira.....	123
AULA 10	
Aspectos recentes da economia brasileira.....	135

INTRODUÇÃO A HISTÓRIA ECONÔMICA

Caro aluno ou querida aluna: a História Econômica é a disciplina que tem como objetivo estudar os diferentes processos de produção criados pelos homens na busca incessante de sua sobrevivência. O estudo sobre os processos de produção tem como base a concepção de que a atividade econômica acontece articulada com as demais atividades humanas: política, cultural, jurídica, pois, como demonstrou Witold Kula, o fato econômico não se resume nele próprio, não acontece independente, mas sim, em meio às demais manifestações sociais. Às vezes, fatores extra-econômicos determinam os atos econômicos. Por isso, o curso que iniciamos hoje requer um diálogo cotidiano com o conhecimento adquirido em outras disciplinas ou fora delas.

Todos nós temos clareza de que a sobrevivência da espécie humana materializa-se pelo trabalho realizado socialmente sobre a natureza, voltado à produção de alimentos, bens e serviços. Para reproduzir as condições de sobrevivência o homem atua sobre a natureza, transformando-a e, ao mesmo tempo, se transformando. Nessa operação os homens estabelecem relações entre os membros da sua espécie para efetuar a produção e a distribuição dos bens.

Ao longo da história da humanidade, a atividade econômica (produção, circulação e consumo) não se reduziu ao ato físico desprendido pelo ser humano. Ela envolve o esforço intelectual para a sua realização, expresso na técnica, na tecnologia e nas formas de regulação. A atividade econômica constitui a infra-estrutura de uma formação social.

O modo de produção movimenta-se articulado dialeticamente com a superestrutura, instância onde se concentram as atividades referentes à política, à justiça e à ideologia/cultura. A conjunção dialética entre a infra-estrutura e o modo de produção forma a **totalidade** de uma formação social. Portanto, para a compreensão das transformações ocorridas na infra-estrutura, ou modo de produção, é necessário fazer menções sobre as estruturas política, jurídica e ideológica, pois elas garantem a forma de propriedade, a legalidade e a justificação do modo de produção.

Ver glossário no final da Aula

O modo de produção de uma formação social materializa-se através da combinação entre as forças produtivas e a relação social de produção. As forças produtivas são constituídas pela força de trabalho (energia gasta pelo ser humano na realização do trabalho), mais os instrumentos de trabalho (equipamentos utilizados na transformação da matéria-prima: pá, uma enxada, um computador, uma fábrica etc.) e os meios de produção (matéria-prima a ser transformada: a terra, uma corrente de água, um mineral etc.).

A relação social de produção refere-se à relação entre os trabalhadores, e entre os trabalhadores, os instrumentos e os meios de produção. As relações sociais de produção refletem o modelo de propriedade dominante em um modo de produção. Ela pode ser coletiva, como na economia natural praticada pelas comunidades indígenas do Brasil, ou privada, como no capitalismo. A conjunção dialética estabelecida entre as forças produtivas

e a relação social de produção qualifica o modo de produção dominante em uma formação social.

Os estudos sobre a história da humanidade têm demonstrado a ocorrência de vários modos de produção, sugerindo que os mais conhecidos são: modo de produção primitivo, modo de produção capitalista, modo de produção feudal, modo de produção escravista antigo, modo de produção escravista moderno e o modo de produção socialista. Uma **formação social e econômica**, geralmente, constitui-se através da combinação de vários modos de produção, sendo que um é dominante.

Ver glossário no final da Aula



Figura 1 - Cena do filme Tempos Modernos - EUA, 1936 - Charles Chaplin (Fonte: <http://alfazema13.spaces.live.com>).

A reflexão sobre a História Econômica tem carregado uma tradição de indicar a atividade econômica como sendo a atividade motora do desenvolvimento da humanidade. Essa tradição teve início no século XIX, a partir de alguns argumentos sugeridos pela Escola Clássica Liberal, e foi reforçada pela versão economicista do Materialismo Histórico. A tradição de colocar a economia como a atividade motora do desenvolvimento na humanidade não encontra muito amparo na academia, hoje, pois, como sugere **Eric Hobsbawm** (1998), nem sempre o movimento da história, ou da própria economia, pode ser decorrente unicamente do econômico.

A visão economicista sempre se apresenta acoplada à idéia de que o desenvolvimento da humanidade obedece “leis gerais”, e que, por isso, todas as sociedades devem apresentar as mesmas etapas em sua evolução. Dessa compreensão decorre uma visão linear e mecânica da evolução da humanidade, baseada na idealização de que as sociedades percorreram uma mesma seqüência de modo de produção, que vai da linha reta do modo

de produção primitivo, modo de produção escravista, modo de produção feudal, modo capitalista, terminando no modo de produção socialista.

A visão unilinear e mecanicista do desenvolvimento econômico de uma formação não leva em consideração que os agentes envolvidos no processo e as condições geográficas, políticas, ideológicas e econômicas impõem a cadência e a natureza das transformações implicando desigualdade dos processos econômicos (NOVAC, 1988). Pois o desenvolvimento histórico é de “natureza mista e combinada” em virtude da interação com a evolução de outras formações sociais e com o seu passado histórico. Hobsbawm sintetiza esta compreensão citando Karl Marx, através da seguinte frase: “os homens fazem sua própria história, mas não conforme a sua escolha, sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado.” (HOBSBAWM, 1998, p. 182).

Para exemplificar o desenvolvimento desigual e combinado é válido chamar a atenção para o caso brasileiro, em que o capitalismo não se instituiu a partir da transformação das organizações sociais passadas, como na Inglaterra, mas sim através da expansão comercial européia.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.(*)

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Sellers, 1994.

SINGER, Paul. **O que é Economia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.(*)

GLÓSSARIO

Totalidade :Categoria de análise que indica que uma realidade social se estabelece através da articulação dialética entre as atividades humanas. E que, para entender um aspecto da realidade devemos fazer uma relação com o conjunto das entrâncias que compõem uma formação social.

Form. social e econômica : Formação social e econômica: categoria de análise que serve para designar uma realidade social concreta, constituída pela articulação de diferenciados modos de produção, sendo que um se coloca como dominante.



Eric Hobsbawm: Historiador marxista inglês, autor dos livros: A Era das Revoluções; A Era dos Impérios; A Era dos Capitais; A Era dos Extremos: o breve século XXI.

Aula 1

A GÊNESE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

META

Discutir aspectos constituintes da chamada “acumulação primitiva”.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

conceituar a acumulação primitiva;
identificar os processos não econômicos possibilitadores da realização da acumulação primitiva;
reconhecer que as transformações econômicas se processam de forma desigual e combinadas.

PRÉ-REQUISITOS

Informar-se sobre os descobrimentos geográficos realizados pelos europeus ocidentais a partir do século XIV, procurando identificar as principais rotas comerciais decorrentes.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, na Europa ocidental, ocorreram várias transformações de ordem econômica, política, social e ideológico-cultural que possibilitaram as condições para que se realizasse, no século XIX, primeiramente na Inglaterra, a Revolução Industrial, base da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante mundialmente. Os três séculos de transformação foram rotulados por Adam Smith como a época da “acumulação prévia”. Este conceito foi absorvido por Karl Marx que dedicou um capítulo nomeado O Segredo da Acumulação Primitiva, parte do livro O Capital – A Crítica à Economia Política.

Sobre o mesmo tema, trabalho mais recente foi escrito por Fernand Braudel: Civilização Material, Econômica e Capitalismo século XV – XVIII.

Os três estudos sobre os séculos partem do entendimento de que, para ocorrer a consolidação do capitalismo como sistema de produção dominante, foi necessário realizar uma acumulação prévia, diferente da que se realiza no capitalismo. Porém, a semelhança entre esses três estudos quanto à existência da acumulação primitiva se distancia quando tratam de explicar a natureza do processo.

É com a intenção de entender a “acumulação primitiva” que traçamos o objetivo da aula que iniciamos hoje.

GÊNESE

Divergindo das explicações dominantes apresentadas pe-los pensadores econômicos de sua época (século XIX), sobre a origem das riquezas, Karl Marx apresentou a tese fundamentada no entendimento de que a acumulação de riqueza é um produto social e não fruto da individualidade da natureza humana. Para ele, portanto, a origem da acumulação deveria ser buscada em sua historicidade, ou seja, através de uma reflexão que observe as relações construídas pelos humanos em um determinado tempo e lugar, que criaram as condições para que ela (acumulação) ocorresse.

Na defesa de sua tese, Karl Marx afirmou que a naturalização da gênese da acumulação primitiva de capital, defendida pela Economia Clássica, tem como pretensão mistificar a origem real da acumulação e, portanto, não teria as condições para responder ao fenômeno social, que aponta para o enriquecimento de poucos e a miséria de muitos.

Por assim entender, Marx, ironicamente, tituló o texto que analisa a gênese da acumulação de O Segredo da Acumulação Primitiva. No texto, o autor procurou responder à seguinte pergunta: por que existe, de um lado “grupo de compradores que possuem terras, matérias-primas e meios de vida, coisas que, afora a terra virgem, são outros tantos produtos do trabalho;

e, de outro, um grupo de vendedores que nada tem para além de sua força de trabalho, seus braços laboriosos e seus cérebros”(MARX, 1998, p.28).



Figura 2 - Mapa político da Europa ocidental(Fonte: <http://www.europa-mapas.com>).

Na construção de sua resposta, Marx, centrado na análise do caso inglês, afirmou que a acumulação primitiva foi a condição estabelecida historicamente para a formação do capitalismo, materializada pelas transformações que ocorreram no setor agrário, na oficina artesanal e no setor comercial.

A transformação no agrário adveio da ocorrência de dois processos que aconteceram combinados: um que contribuiu para a formação de um pequeno grupo de pessoas, proprietário de grande volume de recursos (dinheiro, metais preciosos e meios de produção) - os burgueses. O outro,



Figura 3 - Capa do Manifesto Comunista, publicada em 1848, em Londres (Fonte: Martin Claret, 1985, p. 47).

que provocou a formação de um grande grupo de pessoas desabonadas, possuidoras, unicamente, de sua força de trabalho, obrigadas a se colocar à disposição, através da venda, para os senhores da terra e donos de manufaturas - os trabalhadores livres.

A relação mercantil de exploração estabelecida entre o burguês e o trabalhador livre foi condição fundamental para a existência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, é desvendando a origem da burguesia e do trabalhador livre que encontramos a chave do entendimento da acumulação primitiva ou originária, condição viabilizadora da longa jornada para o capitalismo.

A origem do proprietário dos instrumentos e dos meios de produção e do trabalhador livre está situada no processo de decomposição do modo de produção feudal, quando acontecimentos impuseram o rompimento da relação de produção servil. Está situada no processo em que o trabalhador (o servo) deixa de ser adstrito à gleba (preso a terra), proprietário dos instrumentos de trabalho e organizador do processo produtivo, passando a ter como única propriedade a sua força de trabalho e o “direito” de se colocar “livremente” diante o mercado.

Na Inglaterra, o processo de despojamento do camponês medieval teve como centro o movimento das enclosures (cercamentos), ocorrido a partir do século XII e concluído durante a época Cromwel, no século XVII. Os cercamentos consistiam no desmonte da estrutura agrária feudal através da eliminação da parte da propriedade destinada ao uso pela família camponesa e a eliminação dos pastos e campos comunais, que se tornaram propriedade privada do landlords (senhor da terra, latifundiário).

O desmonte da propriedade agrária feudal foi acompanhado pela mudança do produto e de sua destinação, pois a unidade de produção deixou de priorizar o fornecimento de alimentos dirigidos à subsistência e concentrou-se na busca da auto-suficiência para produzir mercadoria para as manufaturas das cidades. Nesse processo, o trigo, a cevada e o centeio deram lugar à ovelha fornecedora de matéria-prima da lã. Enquanto isso, a propriedade da terra cedia o lugar à propriedade capitalista, em formação. Tudo isso resultou na maciça migração dos antigos habitantes rurais para as cidades, sendo em parte absorvidos como força de trabalho, outros foram forçados a se tornarem ladrões, assassinos etc. Dados da época indicam que durante o feudalismo mais de 90% da população viviam no campo e do campo.

A ocorrência do cercamento provocou inúmeras revoltas dos camponeses, forçando a edição, pelo rei, de legislação que buscava amenizar a violência da expropriação camponesa, seguindo a lógica da realeza, preocupada em como a rapidez e a amplitude dos cercamentos poderiam debilitar o seu poder absoluto, pois as constantes revoltas camponesas colocavam em risco a continuidades de seus apoiadores.

Porém, o poder dos interessados na transformação do campo (pequena nobreza rural e comerciantes) impôs a sua vontade e, através da violência, moveu a expulsão do trabalhador camponês. Ao mesmo tempo em que o cercamento desabonava o camponês, possibilitando a formação de uma classe de trabalhadores livres, contribuía para o surgimento de uma classe de proprietários de terra voltados para aquisição de riqueza por meio da circulação de mercadoria.

Esse processo, que testemunhos da época demonstram que não foi pacífico, nem idílico, fez Karl Marx expressar a seguinte sentença: “o capital, ao surgir, escorreu-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 1998, p. 874).

Concomitante e combinado com a formação do “trabalhador livre” e do burguês proprietário comerciante, estavam em andamento transformações políticas na Europa ocidental (Inglaterra, Portugal, Espanha, Países Baixos e a França), sociais, ideológicas e de conhecimento, que se manifestaram através da formação do Estado nacional moderno absolutista; renascimento cultural e científico; a crise de hegemonia da Igreja Católica com a reforma protestante e autonomia dos estados nacionais; constituição de nova ideologia justificadora das novas relações; as expansões marítimas, territoriais e comerciais provenientes dos descobrimentos e da colonização.

O Estado nacional teve um papel fundamental para criar as condições política, jurídica e militar favoráveis à formação do capitalismo. O poder responsável pela edição e aplicação de leis que regulamentaram as atividades econômicas, a consolidação de uma nova concepção de mundo, que justificasse e legitimasse o enriquecimento oriundo dos juros, o que desmontou o discurso emanado da Igreja Católica medieval.

A formação do estado nacional está articulada à necessidade de setores da nobreza e dos grandes comerciantes que viam no desenvolvimento da economia, através do comércio, o meio de subsidiar o fortalecimento do Estado, necessário para criar as condições viabilizadoras do comércio.

Foi nessa perspectiva que o Estado nacional absolutista adotou uma “política econômica” centrada na idéia de que o enriquecimento do príncipe (Estado) e dos proprietários comerciantes viria de uma postura estatal que criasse impedimento para a “saída de metais preciosos, através da proibição de sua saída e da limitação das importações; facilitar a entrada deles, encorajamento as exportações do que não é necessário no reino; tanto uma como a outra levam ao encorajamento das produções nacionais. (...). Está aberto o



Figura 4 - Luís XIV (Fonte: <http://i133.photobucket.com>).

caminho para a idéia segundo a riqueza do reino assenta-se sobre a dos mercados e de seus manufatureiros.” (BEAUD, 1987, p. 26).

Essa política ficou conhecida como Mercantilismo, pois sua lógica colocava o mercado, subordinado às determinações do Estado, como um elemento fornecedor de dividendos.

O enriquecimento e fortalecimento do Estado e da burguesia comercial encontraram respaldo na expansão comercial movida pelos descobrimentos, conquistas e pelo sistema colonial ocorrido a partir do século XVI, que se viabiliza através da pirataria, da pilhagem, do genocídio e do escravismo.

Segundo Michel Beaud:



Figura 5 - Elizabeth I (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estado lutando pela supremacia, mercadores e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos, prenderão os vagabundos para obrigá-los a trabalhar (BEAUD, 1987, p. 40).

A política mercantilista apresentou-se diferenciada no tempo, na forma e no conteúdo, pois ela refletia as condições econômica, social e política de cada nação. Porém, apesar da diversidade, ela apresentou um traço em comum entre as variáveis mercantilistas, que foi a tese da “balança comercial favorável”, que se expressava na idéia de que, para acumular riquezas, o Estado deveria dirigir sua economia na perspectiva de exportar (vender) mais e importar (comprar) o mínimo. Para isso, era necessária uma atitude protecionista por parte de um Estado centralizado e forte.

Na Espanha, o auge do desenvolvimento do mercantilismo ocorreu no século XVI, baseado na idéia de que a riqueza do reino era decorrente da concentração de metais preciosos pelo Estado, prática que ficou conhecida como metalista ou como bullionismo. A política mercantilista espanhola foi decorrente, principalmente, da riqueza em metais preciosos, já trabalhados, roubados das populações astecas, maias e incas.

No século XVII, o mercantilismo na Inglaterra, Países Baixos (hoje Holanda e Bélgica) e França desenvolveu-se dentro do entendimento de que a política da banca comercial favorável teria como foco central a circulação de mercadoria articulada ao crescimento das atividades manufatureiras.



Figura 6 - Feira em uma cidade medieval
(Fonte: <http://www.aticaeducacional.com.br>).

A política mercantilista teve como elemento central a montagem do sistema colonial baseado na relação de exclusividade, que consistia no estabelecimento de monopólio exercido pela metrópole sobre a colônia, que tinha a função de produzir especiarias e consumir produtos originários na metrópole.

Mas, à medida que o sistema mercantilista evoluiu a colônia passou a ser considerada não como uma fonte de especiaria, mas também uma região consumidora dos produtos metropolitanos, situação que favoreceu o desenvolvimento da manufatura européia.

Em síntese, a política mercantil demonstra a ligação estreita entre o interesse de uma centralização política - a formação do Estado Moderno -, e a constituição de condições que propiciam a expansão da atividade comercial resultante das descobertas. Ambos os processos, o político e o econômico, nascidos em um mesmo contexto histórico, desenvolveram-se viabilizando um ao outro. E dificilmente vingariam sem a combinação entre si.

O desenvolvimento da política mercantilista pelo Estado Moderno, na Inglaterra, deu-se centrado na expansão do comércio externo apoiado em uma



Figura 7 - Oliver Cromwell (Fonte: <http://www.art-prints-on-demand.com>).

política agressiva de conquista e do controle marítimo, através da prática da pirataria e da guerra com outras potências mercantilistas – Espanha e Holanda –, na busca do controle radical sobre o comércio marítimo. Foi para materializar a intenção política dos comerciantes ingleses que foi editado pelo “lorde protetor” Oliver Cromwell, em 1651, o Ato de Navegação.



Figura 8 - Réplica das caravelas que descobriram a América
(Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>).

A política voltada ao comércio externo desenvolvida pelo Estado Mercantilista inglês atuou articulada ao incentivo à expansão das manufaturas nacionais, através da definição que as colônias inglesas deveriam se tornar consumidoras dos produtos transformados na metrópole do império.

A política transformaria a Inglaterra, tanto que, por volta do ano de 1640, triplica a produção de hulha (carvão mineral) e se espalha por determinadas regiões do solo inglês: “Altos fornos, fundições com grandes martelos de água, fábricas de alumínio e de papel empregam várias centenas de operários; mercadores e fabricantes de têxteis fazem trabalhar várias centenas, por vezes milhares, de fiandeiros ou de tecelões a domicílio. A burguesia, que promove esse desenvolvim-

ento comercial e manufatureiro, necessita de encorajamento e de proteção ao mesmo tempo” (BEAUD, 1987, p. 39).

À medida que se desenvolvia, a manufatura aprofundou a submissão do artesão em relação ao “comerciante manufatureiro”, ao tempo em que possuidores de capital (dinheiro) e controladores do mercado passaram, paulatinamente, a determinar as etapas do processo de produção. O antigo artesão perde a propriedade dos meios de produção, instrumento de trabalho, a definição do que produzir, como produzir, para onde produzir e, por fim, em resumo, perde o controle sobre o seu tempo.

O novo ciclo de expansão comercial europeu, assentado na expansão marítima e territorial, a partir do final do século XV e durante o século XVI, apresenta distorções em relação aos ciclos de expansão comercial ocorridos em períodos anteriores em estudo, por incorporar o uso de novos conhecimentos e instrumentos náuticos para exploração dos mares, oceanos e terras, antes pouco freqüentados ou desconhecidos, implicando na perda da centralidade da circulação de mercadoria do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico, principalmente.

A mudança contribuiu para a decadência dos centros comerciais que se desenvolveram durante a Antigüidade greco-romana e durante a Idade Média à margem do Mediterrâneo, em favorecimento das cidades localizadas

na beirada do Atlântico. Esse fato foi tão significativo para a humanidade que levou o experiente historiador Eric Hobsbawm a fazer o seguinte comentário: “Pela primeira vez na história, o Mediterrâneo deixou de ser o mais importante centro de influencia econômica, política, e, eventualmente, cultural, para transformar-se num lamaçal empobrecido” (HOBSBAWM, 1979, p. 9).

Outra distorção, presente na expansão marítima, territorial e comercial européias, ampliada no século XVI e séculos posteriores, apresentou-se no fornecimento aos manipuladores de riquezas (realeza, banqueiros e mercadores-burgueses) de um enorme fluxo de mercadorias de primeira linha, como o ouro e a prata (já tratados, significando economia com investimento em sua produção). Isso sem falar das especiarias, da retomada intensiva do escravismo (tráfico negreiro e força de trabalho) e da possibilidade de organização de novo processo produtivo e nova cultura, como a realizada no Brasil através da agroindústria da cana de açúcar.

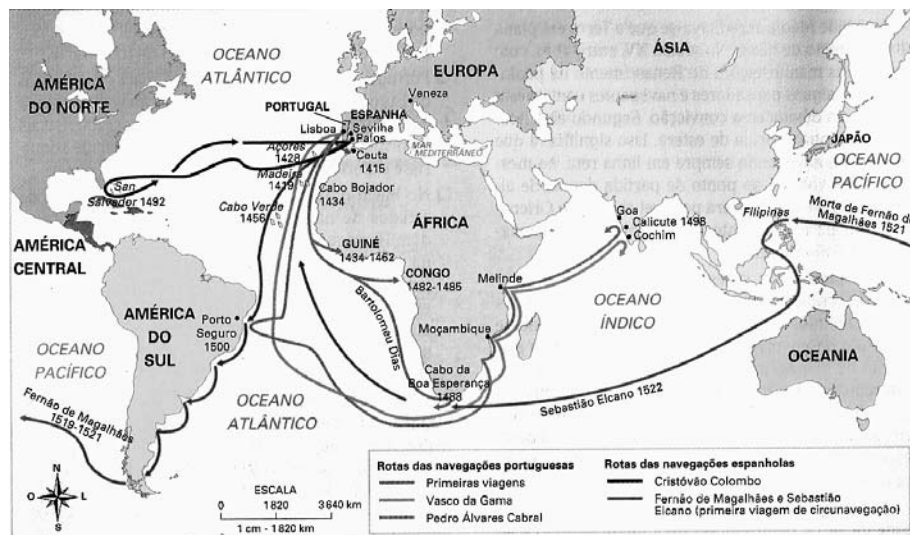


Figura 9 - Mapa representando as rotas das grandes navegações durante o século XVI. (Fonte: ARRUDA, José Jobson de. Toda a História. 8 ed., São Paulo: Ática, 2000, p. 178).

Todas as transformações ocorridas no econômico passaram a ser explicadas e justificadas por nova concepção ideológica que se alicerçou na crença do humanismo, do individualismo e de que a riqueza oriunda do comércio dos juros era lícita e abençoada por Deus.



ATIVIDADES

- Defina o que foi acumulação primitiva;
- Relacione o movimento do cercamento com a formação da relação de produção capitalista;
- Descreva a consequência da criação da manufatura para acumulação primitiva;
- Discrimine as consequências geográficas trazidas pelos descobrimentos ocorridos no século XVI;
- Cite as principais características do mercantilismo;
- Relacione a formação do Estado Moderno com a expansão comercial;
- Leia e comente o texto abaixo:

A nobreza e a lacaiada não são as únicas causas dos assaltos e roubos que vos deixam desolado; há uma exclusivamente peculiar à vossa ilha. (...) Os inumeráveis rebanhos de carneiros que cobrem hoje a Inglaterra. Estes animais, tão dóceis e tão sóbrios em qualquer outra parte, são entre vós de tal sorte vorazes e ferozes que devoram mesmo homens e despovoam os campos, as casas, as aldeias.

De fato, a todos os pontos do reino, onde se recolhe a lã mais fina e mais preciosa, ocorrem, em disputa do terreno, os nobres, os ricos e até santos abades. Essa pobre gente não se satisfaz com rendas, benefícios e rendimentos de suas terras; não está satisfeita de viver no meio da ociosidade e dos prazeres, às expensas do público e sem proveito para o Estado. Eles subtraem vastos tratados de terra da agricultura e os convertem em pastagens; abatem as casas, as aldeias, deixando apenas o templo para servir de estábulo para os carneiros. Transformam em desertos os lugares povoados e mais cultivados. Temem, sem dúvida, que não haja bastantes parques e bosques e que o solo venha a faltar para os animais selvagens (trecho retirado da obra de Thomas More, *A Utopia*, escrito no ano de 1516, durante o reinado de Henrique VIII, na Inglaterra) (MORE, 1972, p. 176-177).

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A acumulação primitiva é originária da desintegração da estrutura agrária feudal através dos cercamentos, que foi a condição básica para o surgimento das relações de produção características do capitalismo, a saber: a superação da produção artesanal para a manufaturada e a expansão da circulação de mercadorias. A acumulação primitiva aconteceu articulada à formação do Estado moderno, à fragilização do poder da Igreja Católica; no momento dos descobrimentos, da colonização, dos renascimentos cultural e científico e da aceitação da idéia de que a riqueza proveniente do comércio e dos juros é legal e legítima, e até abençoada por Deus.

A atividade comercial pré-capitalista aconteceu, principalmente, na relação de uma comunidade com outra comunidade. Ela é prioritariamente externa.



AUTO-AVALIAÇÃO

Será que, de fato, eu assimilei todo o processo evolutivo dos modos de produção, até à formação do capitalismo?

CONCLUSÃO

Em suma, a chamada “acumulação primitiva” atuou articuladamente com diversos processos de transformações durante os primeiros momentos da “longa marcha” para o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, materializada na desorganização do modo de produção feudal via a expropriação do camponês europeu pelo movimento de cercamento articulado.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista (MARX, 1998, p. 864).

Assim, como bem observou Karl Marx, a história do capitalismo desde o seu nascedouro, “foi escrita a sangue e fogo” (MARX, 1998, p. 829).

Porém, a longa marcha para o capitalismo no século XVII encontrou dificuldade para seguir o seu rumo. Este assunto será tratado na próxima aula.



RESUMO

A acumulação primitiva está inserida na época da transição do feudalismo (séculos XVI, XVII e XVIII) para o capitalismo e consistiu na desarticulação da unidade produtiva feudal, através do processo de expropriação do camponês, que se transformou em trabalhador livre, e na concentração de riquezas (dinheiro, instrumentos e meios de produção) nas mãos de um pequeno número de proprietários (os burgueses). No surgimento das manufaturas e na ampliação das atividades mercantis, que proporcionaram a formação do capital comercial.

A acumulação originária processou-se articulada às transformações políticas, sociais, ideológicas e econômicas, que ocorreram em algumas regiões da Europa, em especial na Inglaterra, entre as quais citamos a formação do Estado Moderno Absolutista, a Expansão Comercial, a Reforma Protestante, o Renascimento Cultural e Científico e o Colonialismo.



PRÓXIMA AULA

A gênese do pensamento liberal.

REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HOBSBAWM, Eric. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora, 1979.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MARX, Karl, **O Capital: crítica a Economia Política**. RJ: Editora Civilização Brasiliense, ed. 16ª, V. II, 1998.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972. Coleção os Pensadores, V. X.

NOVAC, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Dag. Gráfica e Editorial LTDA., 1988.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.